

A IMPORTÂNCIA DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DO E-COMMERCE: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA MERCADO LIVRE

JESSICA DE MORAIS DA SILVA
FELIPE PEREIRA DIAS
RAFAEL GREGUI

Resumo: Nos últimos anos, o avanço tecnológico e a crescente popularização da internet revolucionaram o comportamento de consumo, impulsionando a ascensão do e-commerce globalmente. Nesse novo cenário, a satisfação do cliente emergiu como um fator fundamental para o sucesso das empresas que atuam no ambiente digital. O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar os principais fatores que contribuem para a satisfação dos clientes, visando oferecer insights que possam ser aplicados para aprimorar suas estratégias empresariais e fortalecer sua posição no mercado. Na metodologia foi utilizada uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e um estudo de caso específico sobre o Mercado Livre. Como resultados, revelou-se na análise que a satisfação do cliente no Mercado Livre é fundamental para o sucesso do negócio. Um serviço satisfatório aumenta a fidelidade dos consumidores, resultando em mais compras e um ticket médio maior. A pesquisa evidenciou que o Mercado Livre ressalta a relevância da satisfação do cliente como chave para o sucesso no e-commerce latino-americano. Clientes felizes promovem lealdade, aumentam as vendas e melhoram a reputação da marca, criando um ciclo positivo. Investimentos em interface, personalização e feedback elevam a experiência de compra e atraem novos consumidores. Dessa forma, manter altos níveis de satisfação não é só uma estratégia, mas essencial para a sustentabilidade e crescimento do Mercado Livre no ambiente digital competitivo. Dessa maneira, conclui-se que a satisfação do cliente no Mercado Livre não é apenas um reflexo da qualidade e eficiência dos serviços prestados, mas também um componente estratégico essencial que impacta diversas dimensões do negócio. A utilização de sistemas de recomendação personalizados e um eficaz mecanismo de feedback demonstram a capacidade da empresa de se adaptar às necessidades e expectativas dos consumidores. Dessa forma, a satisfação do cliente se torna um fator crucial para a sustentabilidade, inovação e fidelidade, consolidando a posição do Mercado Livre em um mercado de e-commerce cada vez mais competitivo.

28

Palavras-chave: satisfação; Mercado Livre; cliente; e-commerce.

Referências:

CAMPOS, Alexandre de; GOULART, Verci Douglas Garcia. **Técnicas de vendas e e-commerce**. São Paulo: Saraiva, 2020.

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GLENISTER, Gordon. **Marketing de influência**. Santos, SP, H1 Editora, 2022.

LAUDON, Kenneth C.; TRAVER, Carol Guercio. **E-commerce**. 13. ed. Londres: Pearson Education, 2017

A IMPORTÂNCIA DOS CUSTOS NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO E SUA INFLUÊNCIA NO LUCRO

LUCAS PIRONDI RODRIGUES
MATHEUS DA SILVA GONÇALVES
YOSCHIMI OKA

Resumo: A importância dos custos nas empresas prestadoras de serviço e como eles influenciam diretamente na lucratividade. Em um cenário econômico cada vez mais competitivo, a correta apuração e gestão dos custos torna-se essencial para a formação de preços, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas. A partir desse conceito, o objetivo deste artigo é destacar a necessidade de uma apuração precisa dos custos para otimizar recursos e maximizar os lucros. Além disso, o estudo explora a relevância da gestão financeira e da análise orçamentária, fornecendo uma visão detalhada sobre as práticas eficazes de controle de custos em empresas de serviço. A metodologia utilizada foi através de abordagens bibliográficas, baseada na análise de livros, artigos científicos, dissertações e outros documentos relevantes na área da contabilidade e gestão de custo. Os resultados dos estudos analisados evidenciam que a gestão de custos é um fator determinante para a lucratividade e a sustentabilidade das empresas prestadoras de serviços, e que a falta de controle rigoroso dos custos pode levar ao desperdício de recursos e comprometer a viabilidade financeira, enquanto uma gestão de custos eficaz proporciona uma base sólida para a tomada de decisões informadas e a melhoria contínua das operações. Conclui-se que a gestão de custos deve ser integrada à estratégia empresarial, sendo vital para o desempenho financeiro e a sustentabilidade das organizações. Empresas que negligenciam a importância dos custos correm o risco de comprometer sua viabilidade financeira e competitividade. Portanto, a correta apuração e gestão dos custos deve ser uma prioridade para gestores que buscam otimizar o lucro e garantir o crescimento sustentável de suas empresas prestadoras de serviço.

29

Palavras-chave: custo; gestão; lucro; apuração.

Referências:

HORNGREN, Charles Thomas; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAYER, Luiza Teti. **Análise e gestão de custos**. São Paulo: Senac, 2023.

A IMPORTÂNCIA LEGAL DO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO NA RELAÇÃO DO MÉDICO COM O PACIENTE

MARIANNA ARAÚJO BRITO
RODRIGO SONCINI DE OLIVEIRA GUENA

Resumo: O consentimento livre e esclarecido é crucial na prática médica, garantindo que os pacientes entendam os procedimentos propostos, riscos envolvidos e alternativas disponíveis. Legalmente, esse documento protege os direitos do paciente e estabelece uma base ética para a relação médico-paciente, promovendo autonomia na tomada de decisões médicas. Nos últimos anos, nota-se um aumento significativo na conscientização e no debate em torno da autonomia do paciente e da ética médica, refletindo uma mudança de paradigma na prática clínica. Assim, esta pesquisa buscou investigar a importância legal do consentimento livre e esclarecido e da autonomia do paciente, visando preencher lacunas de conhecimento e promover uma prática médica mais ética e centrada no paciente. Ao explorar as nuances da relação entre consentimento informado e responsabilidade legal, pode-se avançar em direção a um sistema de saúde baseado no respeito mútuo e na proteção dos direitos dos pacientes. A metodologia, as técnicas, procedimentos e abordagens utilizadas para planejar e analisar a presente investigação foram conduzidas com a natureza básico-aplicada, associando a busca pelo conhecimento fundamental, analisando, os problemas legais e a responsabilidade civil que acarretam a falha na informação, com a análise prática desse conhecimento em casos específicos. O método utilizado em pesquisa foi o dedutivo-hipotético, com formulação de hipóteses, seguida de uma análise dessas hipóteses para validar ou refutar a teoria subjacente, aplicando-a em decisões judiciais. Foram analisadas jurisprudências relacionadas ao tema, códigos de ética, legislações, doutrinas, bem como pesquisas bibliográficas. A abordagem do problema foi realizada de forma mista, utilizando elementos de abordagens qualitativas e quantitativas para melhor formular a pesquisa, permitindo uma compreensão mais abrangente da teoria e entendimentos. A hipótese foi que a implementação eficaz desse consentimento não apenas protege os direitos dos pacientes, mas também reduz os riscos legais e éticos enfrentados pelos médicos. Em um contexto legal mais sensível às questões de autonomia do paciente e responsabilidade médica, a implementação e a documentação adequada de termos de consentimento livres e esclarecidos tornam-se cruciais e podem influenciar diretamente na qualidade do atendimento, na confiança entre médico e paciente e na gestão de possíveis litígios. A falta de consentimento adequado pode levar a disputas legais, especialmente em casos de procedimentos médicos invasivos ou de alto risco. Portanto, é evidente que a aplicação rigorosa desse consentimento e da autonomia do paciente, não apenas protege os direitos do paciente, mas também resguarda o médico de potenciais litígios e implicações éticas.

30

Palavras-chave: autonomia; consentimento; médico; responsabilidade.

Referências:

DANTAS, Eduardo. **Direito Médico:** Eduardo Dantas. 5. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

ESTELITTA, Heloísa; SIQUEIRA, Flávia. **Direito Penal na medicina.** São Paulo, SP: Marcial Pons, 2020.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito Médico:** Genival Veloso de França. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

KFOURI NETO, Miguel. **Responsabilidade civil médica**. 11 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

A INCONSTITUCIONALIDADE NA DIFERENCIAÇÃO NO TRATAMENTO ENTRE PROFESSORES TEMPORÁRIOS E EFETIVOS NO SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO DE SÃO PAULO

LETÍCIA MAXIMIANO SAVATIN
WILSON FRANCISCO DOMINGUES

Resumo: O princípio da isonomia é um dos norteadores fundamentais da Administração Pública, visto que esse é um ramo do Direito Público. É dever da Administração Pública evitar parcialidades e disparidades ao atuar em prol dos interesses coletivos. Contudo, é observado um histórico de criação e reformulação de leis da educação pública do Estado de São Paulo contribuindo para uma categorização e admissão de docentes em caráter temporário. Diante disso, as leis estaduais, como a Lei Complementar N° 500/74 e a Lei N° 1.093/09 diferenciam os direitos benefícios entre professores efetivos e não efetivos, ainda que ambos cumpram funções e carga horária idênticas, sendo uma clara violação do princípio da isonomia e da constitucionalidade, que também prevê a igualdade de tratamento. A partir dessa proposição, o objetivo do artigo é analisar a inconstitucionalidade da disparidade de tratamento entre professores temporários e efetivos do Estado de São Paulo, destacando como essa distinção fere também o princípio da isonomia. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, com artigos pertinentes ao tema, leis e jurisprudência. Além disso, realizou-se estudo dos acórdãos dos casos da professora Lucimara e professora Camila. A pesquisa verificou que o número de professores em contrato temporário na educação pública de São Paulo ultrapassa mais da metade do número total de professores do estado, totalizando 51%, o que contraria a excepcionalidade desse tipo de contrato. Ainda, a Lei N° 1.093/09 gera uma diferenciação injustificada em relação aos direitos e benefícios dos professores efetivos e não efetivos. As normas jurídicas restringem os direitos básicos dos docentes temporários, como a estabilidade, progressão de carreira e acesso a benefício previdenciário. Assim, conclui-se que a legislação vigente faz uma clara distinção entre as categorias de docentes, apesar de desempenharem funções idênticas. A diferenciação de tratamento entre professores contratados e efetivos no sistema educacional público é uma prática inconstitucional que fere diretamente o princípio da isonomia, e precisa ser revisada.

32

Palavras-chave: contratação temporária; isonomia; professores; inconstitucionalidade.

Referências:

BARBOSA, Gustavo Saldanha Gontijo. A contratação de servidores temporários. **Revista Jurídica Da Defensoria**, p. 9, 2020. Disponível em: <https://intranet.ac.def.br/back-end/img/9297c6ba7838ebd726b40bbd5b6cbedd.pdf#page=1>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CLEMENTINO, Juliana Pereira. **A contratação temporária pela administração pública e a exigência de lei regulamentadora**. 2015. Disponível em: <http://52.186.153.119/bitstream/123456789/3902/1/A%20Contrata%C3%A7%C3%A3o%20Tempor%C3%A1ria%20pela%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20e%20a%20Exig%C3%Aancia%20de%20Lei%20Regulamentadora%20%281%29.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024

MAÇALAI, Gabriel; STRÜCKER, Bianca. O princípio da igualdade aristotélico e os seus debates atuais na sociedade brasileira. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2018. Disponível em:

file:///C:/Users/duduh/Downloads/juvenio,+O+PRINCIPIO+DA+IGUALDADE+ARISTOT%C3%89LICO+E+OS+SEUS+DEBATES+ATUAIS+NA+SOCIEDADE+BRASILEIRA%20(1).pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, João Batista Silva dos; CAMARGO, Rubens Barbosa de; PEDRA, Maria Angélica. **Professores efetivos e não-efetivos na rede estadual de são paulo: carater temporário que se tornou permanente.** Disponível em: <https://anpedsudeste2014.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/05/joc3a3o-batista-silva-dos-santos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024

A INFLUÊNCIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO NA FETICHIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA EM POSTS DE INSTAGRAM

SARAH JULIA DA SILVA VICENTE
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: O Direito Penal do Inimigo, teorizado por Günther Jakobs, propõe tratamento diferenciado para indivíduos que agem em desconformidade com a lei, considerando-os inimigos da sociedade. A partir dessa proposição, a presente trabalho investiga como a fetichização da violência, alimentada pelo Instagram, pode ser grande precursora da iminente aproximação desse modelo jurídico extremo. A relevância do tema é justificada pela sua importância na sociedade contemporânea, afetando tanto a percepção pública da aplicação da lei quanto o funcionamento do sistema de justiça criminal, que, como ficou demonstrado, sofre grande inchaço penal. Compreendeu-se, assim, como as representações midiáticas da violência policial legitimam as abordagens punitivas extremas, associadas ao Direito Penal do Inimigo. A metodologia combinou abordagens teóricas e práticas, incluindo análise de casos midiáticos e método dedutivo-hipotético para formular a hipótese de aproximação do Direito Penal do Inimigo devido à influência midiática. Utilizou-se uma abordagem integrada de métodos qualitativos e quantitativos, com coleta de dados de redes sociais para analisar a visão pública sobre criminosos e violência policial, tabulação e análise dos dados coletados. A análise sugere uma correlação entre a fetichização da violência policial na mídia e a adoção de abordagens do Direito Penal do Inimigo. Constatou-se a necessidade de políticas de comunicação, visto sua grande relevância em relação ao sistema criminal, propondo uma abordagem mais justa e equitativa à aplicação da lei a segurança pública. Ademais, observou-se que a glamourização da guerra contra o criminoso resultará em possíveis políticas punitivistas acentuadas que, além de confrontarem diretamente a Constituição Federal, não são eficazes.

34

Palavras-chave: Direito Penal do inimigo; influência; novas mídias; violência.

Referências:

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão:** estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016.

ESTEFAM, André. **Direito Penal contemporâneo.** São Paulo: SRV Editora LTDA, 2022.

FAUSTINO, André. O Direito Penal do Inimigo e a legitimação do discurso de ódio nas redes sociais. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2020.

JAKBOS, Gunther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo:** noções e críticas. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

A POSSÍVEL INTERSEÇÃO ENTRE A PRÁTICA JURÍDICA DIGITAL E AS OBRIGAÇÕES ÉTICAS NO DIREITO: UM OLHAR SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE ADVOGADO E SEU PÚBLICO-ALVO POR MEIO DO INSTAGRAM

RAPHAELLA FRANCINE CORRÊA DOS SANTOS
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: A prática jurídica moderna enfrenta desafios significativos em um ambiente mais competitivo e globalizado. Nesse contexto, o marketing profissional se tornou uma ferramenta essencial para os advogados promoverem seus serviços, atrair clientes e estabelecer sua presença no mercado. No entanto, essa prática deve ser cuidadosamente equilibrada com as obrigações éticas inerente à profissão. A confiança do cliente é fundamental para o sucesso a longo prazo e qualquer desvio da representação autêntica ou da conduta ética pode comprometer essa confiança. A partir desses critérios, o trabalho visou a investigar como os operadores do Direito navegam nessa interseção complexa. Para tanto, foi desenvolvida uma metodologia de natureza básica-aplicada, realizando um estudo que começa com o surgimento da ética e se entrelaça com o marketing digital. A pesquisa focou na aplicação desses conceitos, analisando posts de advogados que promovem seus serviços utilizando o Instagram, para chamar a atenção de seus clientes. A abordagem do problema foi qualitativa, no sentido de compreender a importância da ética para o desenvolvimento de métodos e ideias para aprimorar essa nova linguagem de comunicação no mundo jurídico. O universo do estudo foi delimitado aos advogados, que usam esse meio de comunicação para divulgar seu trabalho e criar conteúdo por meio do marketing digital, analisando comparativamente algumas publicidades desses profissionais. Quanto ao procedimento de pesquisa, foi adotada uma abordagem bibliográfica e doutrinária, com leitura de livros e doutrinas sobre a ética jurídica, seu contexto histórico-filosófico e o marketing nas mídias sociais. Essa pesquisa contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das estratégias adotadas pelos advogados nessa interseção complexa e sua influência no sistema jurídico como um todo, fazendo um levantamento dos pontos prós e contras para um adequado dessa novas ferramentas.

35

Palavras-chave: advogado; ética; Instagram; marketing jurídico.

Referências:

CASAGRANDE, Lucas Trompieri Rodrigues. **Ética profissional na advocacia:** atualizado pela lei 14.365/22 e questões do exame de ordem com gabarito. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Provimento n. 205, de 15 de julho de 2021. Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia. **Diário Eletrônico da OAB**, Brasília, DF, 21 jul. 2021.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555202458/>. Acesso em: 09 mai. 2024.

NODARI, Paulo César. **Sobre ética:** Aristóteles, Kant e Levinas. Porto Alegre: Educs, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 mai. 2024.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS INCONSTITUCIONAIS

CAMILA DE JESUS STUQUE FARIA BERMUTH
WILSON FRANCISCO DOMINGUES

Resumo: Este trabalho investiga a responsabilidade do Estado por atos legislativos declarados inconstitucionais pelo controle de constitucionalidade judicial repressivo. Isto é, se há o dever de indenizar, perante o Poder Judiciário, os danos decorrentes da atuação inadequada do Poder Legislativo. A análise aborda os princípios da segurança jurídica e da separação dos poderes, fundamentais para garantir o respeito às decisões judiciais e a conformidade do Estado com os limites constitucionais. O objetivo do estudo é argumentar a possibilidade de responsabilização do Estado diante de atos legislativos inconstitucionais. A justificativa reside na necessidade de compreender as implicações jurídicas da atuação estatal, especialmente do Poder Legislativo, ao editar normas que violam a Constituição. A pesquisa é de natureza básica, com enfoque teórico, utilizando uma abordagem dedutiva e qualitativa. O estudo fundamenta-se em fontes bibliográficas e doutrinárias, como livros e artigos acadêmicos, para embasar as respectivas considerações. Nas considerações finais, defende-se a pertinência da responsabilização do Estado por atos legislativos inconstitucionais, de modo a assegurar ao litigante lesado o direito de buscar reparação judicial. Os efeitos danosos e as indenizações, por sua vez, não de ser auferidos de acordo com o caso concreto, sendo o fato gerador do dever de indenizar a prova do dano causado, juntamente com o nexo de causalidade, que confere à pessoa lesada a condição de detentora do direito à indenização. Essa medida é vista como essencial para a preservação do sistema jurídico, equilibrando os princípios da segurança jurídica e da separação dos poderes, sem que reste comprometida a independência do Poder Legislativo.

36

Palavras-chave: Estado; inconstitucionalidade; legislativo; responsabilidade.

Referências:

- BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629417/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 40. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559776375/>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775934/>. Acesso em: 08 mai. 2024.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649600/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

A RESPONSABILIDADE PENAL DO INDÍGENA E A RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PELA IN(JUSTIÇA) BRASILEIRA

FERNANDO CELSO GARDESANI GUASTINI
CAIO VINICIUS MENEZES SANCHES

Resumo: A autonomia penal das comunidades indígenas e o respeito por seus costumes e tradições são essenciais para compreender a justiça e os direitos humanos no Brasil. No entanto, a proteção absoluta desses costumes pode levar a injustiças sociais, visto que alguns costumes não são compatíveis com a realidade contemporânea. Tendo em vista essa proposição, este artigo buscou analisar a possibilidade de relativizar a autonomia penal das comunidades indígenas e seus costumes no Brasil, considerando que a legislação confere uma liberdade aos líderes indígenas a tomar decisões que não são muitas das vezes eficientes à repressão de crimes. Não obstante, há também a consagração dos costumes indígenas, entretanto, muitos deles podem violar a dignidade humana, como ocorre com a prática do infanticídio. Para a investigação, foram utilizados métodos básicos-aplicados com teorias não consolidadas sobre o tema, bem como estudo comparativo dos projetos de lei em trâmite no legislativo. O método adotado foi o hipotético-dedutivo, com a abordagem quali-quantitativa, considerando a possibilidade de mudanças desses projetos que visam a inovações, especialmente em relação à prevenção e punição de crimes dentro das comunidades indígenas. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com leitura de artigos, teses, opiniões, legislações, doutrinas e projetos de lei. A análise revelou um desafio complexo, em que a preservação da diversidade cultural deve ser equilibrada com a proteção dos direitos humanos individuais. A aplicação de normas penais nas comunidades indígenas exige uma abordagem sensível que respeite tanto as diferenças culturais quanto os princípios fundamentais de justiça e direitos humanos.

37

Palavras-chave: crimes; cultura; direitos humanos; indígenas.

Referências:

CALIXTO, Angela Jank; CARVALHO, Luciani Coimbra de. Universalidade dos direitos humanos e diversidade cultural: o diálogo intercultural como meio de preservação da identidade e autonomia dos povos indígenas. **Revista Direito em Debate**, Unijuí, v. 28, n. 52, p. 21-36, jul/dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2019.52.21-36>. Acesso em: 24 mai. 2024.

CARVALHO, Victória Lemes. Infanticídio Indígena: O conflito entre o direito à vida e o direito de proteção à cultura. **Revistas de Artigos Científicos**, Rio de Janeiro, EMERJ, v. 14, n. único, p. 900-913, jan/dez. 2022. Disponível em: file:///E:/TCC/Victoria_Lemes_Carvalho_900-913.pdf. Acesso em: 18, jul. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599619/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PONTES, Bruno César Luz (org.). **Direito Penal e Povos Indígenas**. Curitiba: Juruá, 2016.

A RESPONSABILIDADE PENAL DO PSICOPATA: ANÁLISE DO CASO ELIZE MATSUNAGA

MARYANE CAETANO DE OLIVEIRA
CAROL GODOI HAMPARIAM

Resumo: A responsabilidade penal refere-se à capacidade do indivíduo ser responsabilizado pelo Estado pela prática de um crime, sujeitando-se às sanções penais previstas em lei. Nesse contexto, os psicopatas surgem como um desafio, considerando que o Código Penal Brasileiro de 1940 não aborda diretamente esses sujeitos, caracterizados pela deficiência em sentir empatia, remorso e culpa, gerando discussões acerca de sua responsabilidade penal. O presente trabalho teve como objetivo investigar a possibilidade de considerar os indivíduos diagnosticados com psicopatia como imputáveis, visto que são movidos pela razão e vontade, portanto, agem com dolo. Para tanto, foi analisado o estudo de caso de Elize Matsunaga, buscando uma visão de como a Justiça se posicionou diante um caso de psicopatia. No caso em questão, o Conselho de Sentença decidiu pela imputabilidade da autora do crime, reconhecendo sua culpabilidade. A metodologia adotada foi de natureza teórica básico-aplicada, com abordagem mista, método indutivo e análises bibliográficas e documentais. Concluiu-se que os psicopatas devem ser considerados imputáveis, assim como decidido no julgamento de Elize Matsunaga, pois são capazes de compreender a ilicitude de sua conduta e de se determinar conforme esse entendimento. Foi proposto, portanto, a criação de uma lei para normatizar a responsabilidade desses indivíduos, além de um regime especial de cumprimento de pena e monitoramento estatal, incentivando o acompanhamento com profissionais da saúde mental.

Palavras-chave: culpabilidade; imputabilidade; psicopata; responsabilidade penal.

38

Referências:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal:** parte geral. v. 1. 30 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629325/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

HARE, Robert D. **Sem consciência:** o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós. Tradução Denise Regina de Sales. Revisão técnica José G. V. Tabora. Porto Alegre: Artmed, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal:** parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal. v. 1. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559649228/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SAVAZZONI, Simone de Alcantara. **Psicopatia:** uma proposta de regime especial para cumprimento de pena. 2016. 229 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ABRIGO INSTITUCIONAL INFANTO-JUVENIL: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE LAR TRANSITÓRIO PARA LONDRINA/PR

CAMILLA BEATRIZ PELECKIS
AMÁLIA LUÍZA POIANI GOMES BERARDI

Resumo: Crianças e jovens em situação de risco frequentemente enfrentam discriminação, exclusão social e falta de investimentos em políticas públicas e sistemas de apoio, resultando em sua marginalização e rejeição a abrigos precários. A escolha do tema reflete a interconexão entre arquitetura e sociedade, destacando o papel fundamental da arquitetura na moldagem das experiências humanas e na influência direta que o ambiente construído tem sobre a qualidade de vida dessas crianças e desses jovens. A partir dessa proposição, o objetivo é explorar como a arquitetura pode transformar esses espaços, criando ambientes que vão além de abrigo físico, acolhendo e promovendo o bem-estar emocional e o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes; através da concepção de um projeto arquitetônico de Abrigo Institucional infanto-juvenil no município de Londrina, PR. O estudo baseia-se nas teorias de Juhani Pallasmaa e Maurice Merleau-Ponty, focando na abordagem háptica, a qual enfatiza a importância das percepções sensoriais e da experiência corporal no design de espaços. A metodologia inclui a análise crítica de como a arquitetura institucional atual pode ser adaptada para criar ambientes mais humanizados e acolhedores; com base nas teorias mencionadas, estudos de campo (NUSELON) e estudos de casos correlatos. A pesquisa indicou que as condições dos abrigos institucionais em Londrina não atendem adequadamente às necessidades emocionais, físicas e psicológicas das crianças e adolescentes em situação de risco. Foi constatada a carência de uma infraestrutura que leve em consideração os princípios de uma abordagem holística na arquitetura, como a promoção de uma experiência sensorial positiva e a criação de espaços que estimulem segurança, conforto e crescimento emocional. Os ambientes atuais carecem de elementos como luz natural, texturas e cores, que poderiam impactar positivamente o estado emocional dos residentes. Além disso, os abrigos apresentam um caráter excessivamente despersonalizado e institucionalizado, o que impede a criação de ambientes que incentivem a individualidade e transmitam a sensação de lar ou pertencimento, fatores essenciais para o bem-estar emocional e psicológico das crianças e adolescentes. Outro ponto crítico identificado foi a ausência de áreas adequadas para o desenvolvimento pessoal e social, limitando as oportunidades de aprendizado, lazer e fortalecimento de vínculos sociais, o que prejudica o crescimento emocional e a integração comunitária dos jovens. Com base nessas observações, a implementação de um novo abrigo torna-se não apenas justificável, mas urgente. O novo projeto é pensado com foco em soluções que integrem a arquitetura sensorial e acolhedora, influenciando diretamente a percepção que esses jovens têm de si mesmos e de seu entorno. A criação de um ambiente adequado pode promover uma melhor qualidade de vida e apoiar o desenvolvimento emocional e social, oferecendo a essas crianças e adolescentes um lugar seguro para reconstruir suas vidas.

39

Palavras-chave: abrigo institucional; infanto-juvenil; arquitetura holística; Londrina/PR.

Referências:

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** Paris: Éditions Gallimard, 1945.

PALLASMAA, J. **The eyes of the skin**: architecture and the senses. Chichester: John Wiley & Sons, 2005.

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. Prefeitura de Londrina, 2023. Página inicial. Disponível em: <<https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-de-protecao-social-especial/servico-acolhimento-institucional>>. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO UM VIÉS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

RAFAELA SILVEIRA DA NÓBREGA
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI

Resumo: O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é um instituto jurídico do "Pacote Anticrime" que permitiu ao Ministério Público propor acordos a investigados por crimes sem violência e com pena mínima inferior a quatro anos. Este projeto teve como objetivo averiguar se o ANPP foi implementado como um viés da justiça restaurativa, analisando seu impacto na resolução de conflitos, na reparação de danos, na redução da reincidência e na reintegração social. Justificou-se pela concentração da justiça criminal tradicional na punição, negligenciando as necessidades das vítimas e a reparação do dano à sociedade. Nesse contexto, surgiu a necessidade de explorar abordagens alternativas, como a justiça restaurativa, que promoveram a reconciliação e a responsabilização. O ANPP surgiu como uma ferramenta potencial para integrar esses princípios no sistema de justiça criminal. Utilizou-se uma metodologia dedutiva e quantitativa, permitindo a aplicação de princípios jurídicos na resolução de problemas específicos. Essa metodologia sustentou-se em dois pilares: pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica forneceu embasamento teórico, enquanto a pesquisa documental permitiu a análise de leis e regulamentos. Em síntese, a metodologia combinou abordagens para oferecer uma análise robusta no campo jurídico. A hipótese proposta sugere que o ANPP pode promover uma abordagem mais eficaz e humanizada na resolução de conflitos, possibilitando a reconciliação entre infratores, vítimas e a sociedade, além de contribuir para a redução da reincidência e reintegração social dos envolvidos.

Palavras-chave: alternativas; ANPP; justiça restaurativa.

Referências:

BEZERRA, Sarah Ferreira Rocha. **Por uma compatibilização entre a justiça restaurativa e o acordo de não persecução penal.** Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito do Recife, Recife, 2023.

BONAVIDES, Samia Saad Gallotti; SOUZA, Willian Lira de; SILVA, Mário Edson Passerino Fischer da. **A valorização da vítima e a justiça restaurativa no âmbito do acordo de não-persecução penal.** Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/defesadasvítimas/images/referencias-e-publicacoes/Artigo-Livro-CNMP-Valorizacao_da_Vitima_e_JR_no_ANPP.pdf. Acesso em: 06 mai. 2024.

CARDOSO, Thales Messias Pires; PACHECO, Ana Carla de Albuquerque. Acordo de não persecução penal e práticas restaurativas: a experiência no âmbito federal em Uberaba-MG. In: ALMEIDA, Vânia Hack de et al (org.). **Justiça restaurativa: perspectivas a partir da Justiça Federal.** Porto Alegre: Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2022. *E-book* no prelo

GODOY, Guilherme Augusto Souza; DELMANTO, Fábio Machado de Almeida; MACHADO, Amanda Castro. A justiça restaurativa e o acordo de não persecução penal. **Boletim IBCCRIM**, [S. l.], v. 28, n. 330, p. 47, 2023. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/515. Acesso em: 6 maio. 2024.

ADOÇÃO TARDIA DE CRIANÇAS COM MAIS DE 03 ANOS NO BRASIL: CONCEITOS LEGAIS E PERSPECTIVAS

LEILA MARIA DE BRITO MENDES
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: A adoção tardia refere-se à adoção de crianças com idade, geralmente, a partir dos três anos até adolescentes. Ela pode envolver desafios adicionais, como a adaptação à nova família e possíveis experiências traumáticas anteriores, mas também trazem oportunidades para proporcionar um ambiente estável e afetuoso que promova o desenvolvimento e o bem-estar a esses indivíduos. A partir dessa proposição, o presente trabalho teve como objetivo averiguar as tendências jurisprudenciais acerca desse tipo de adoção no Brasil. A investigação é fundamental para compreender a eficácia das políticas de proteção à infância e a garantia dos direitos dessas crianças. Consoante a metodologia, a natureza foi básico-aplicada, por meio de pesquisa bibliográfica, com a leitura de livros, artigos e doutrinas e, posteriormente a análise de decisões jurisprudenciais. O seu caráter foi hipotético-dedutivo, o qual envolveu a formulação de hipóteses a partir de observações da realidade, seguido pela dedução de consequências que puderam ser testadas empiricamente. No contexto das tendências jurisprudenciais na adoção de crianças acima de três anos, as hipóteses envolveram predições sobre a influência de determinadas situações, como o histórico familiar da criança, sua idade, ou a disponibilidade de famílias adotivas. As decisões, no país, têm evoluído no sentido de promover a desburocratização e a flexibilização dos procedimentos, visando a garantir o direito fundamental à convivência familiar. Denota-se que o Judiciário reconhece a importância dessas adoções para proporcionar um ambiente familiar a crianças com mais idade. Além disso, há um crescente reconhecimento da importância da celeridade processual nessas situações, buscando evitar prolongamentos que poderiam prejudicar o seu desenvolvimento. As jurisprudências também focam em garantir que elas sejam ouvidas de forma adequada, respeitando sua autonomia e necessidades específicas, especialmente quando já possuem certa idade.

42

Palavras-chave: adoção; crianças; processo legal; vínculo familiar.

Referências:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. v.6, n.18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648511/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. v. n.5.: Direito de Família. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ALIENAÇÃO PARENTAL EM CASOS DE GUARDA UNILATERAL: EXPLORANDO A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ALIENADOR

VITOR HUGO SILVA DA CRUZ
CAROL GODOI HAMPARIAM

Resumo: A alienação parental, em um contexto de guarda unilateral, é compreendida pela ilusão criada pelo genitor detentor da guarda do menor, implementando uma imagem completamente distorcida do genitor alienado, se assemelhando a imagem de um „monstro“ do outro responsável daquele infante. Nesse contexto, portanto, surge a alienação parental. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo discutir a efetividade de ações que possam prevenir essa prática depois da sua comprovação. Ele se justifica, tendo em vista que essa forma de abuso sempre ocorreu na sociedade brasileira. No entanto, só obteve maior incidência nos dias atuais, haja vista que é dentro dessa modalidade de guarda que há o maior número de casos de alienação parental. Para tanto, utilizou-se como metodologia o método hipotético-dedutivo, com característica qualitativa, com o intuito de analisar as principais problemáticas que traz consigo este tema, por meio de estudo de livros, doutrinas e artigos científicos. Contou-se ainda com uma análise de caso por meio de uma jurisprudência brasileira. Concluiu-se que um possível formato de resolução para essa questão seria a aplicação conjunta entre os institutos da responsabilidade civil atribuída ao alienador e seu devido tratamento psicológico, além da atuação de dois profissionais para a elaboração de laudos biopsicossociais mais efetivos, pois somente com essa dupla atuação e atenção será mais precisa a detecção dos casos em que, de fato, tenham ocorrido a alienação parental e o alienador receberá a punição de seu ato e a cura para sua mente, fazendo com que nunca mais venha a incorrer nessa conduta para com a sua prole.

43

Palavras-chave: alienação parental; efetividade; prevenção; responsabilidade civil; tratamento psicológico.

Referências:

- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2021. *E-book*. Disponível em: [file:///C:/Users/hugov/Downloads/Manual%20de%20Direito%20das%20Fam%C3%ADlias%20Maria%20Berenice%20Dias%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/hugov/Downloads/Manual%20de%20Direito%20das%20Fam%C3%ADlias%20Maria%20Berenice%20Dias%20(1).pdf). Acesso em: 01 de maio de 2024.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 37. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627802/epubcfi/6/6\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright_3-0.xhtml\]!/4/2/12/2/1:28\[ele%2Cna\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627802/epubcfi/6/6[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright_3-0.xhtml]!/4/2/12/2/1:28[ele%2Cna]). Acesso em: 04 de maio de 2024.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: Direito de família**. São Paulo: Saraivajur, 2024. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622382/epubcfi/6/12\[%3Bvnd.vst.idref%3DIntroducao.xhtml\]!/4\[DireitoCivilBrasileiro_V6_21ed_Ebook-1\]/2/10\[_idParaDest-4\]/3:28\[m%C3%ADl%2Cia](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622382/epubcfi/6/12[%3Bvnd.vst.idref%3DIntroducao.xhtml]!/4[DireitoCivilBrasileiro_V6_21ed_Ebook-1]/2/10[_idParaDest-4]/3:28[m%C3%ADl%2Cia). Acesso em: 24 ago. 2024.
- FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação parental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. *E-book*. Disponível em:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502220126/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml\]!/4/2/2%4051:84](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502220126/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml]!/4/2/2%4051:84). Acesso em: 29 abr. 2024.

ALTERNATIVAS À PRISÃO: ANÁLISE PSICOLÓGICA DO CONDENADO NA OBRA ESTAÇÃO CARANDIRU DE DRAUZIO VARELLA

ANA BEATRIZ SANTANA BRAGA
CAROL GODOI HAMPARIAM

Resumo: O sistema carcerário brasileiro é conhecido por sua superlotação, a qual, sendo recorrente, gera uma falta de humanização nas prisões. O Brasil, assim, se torna um dos países com maior número de pessoas presas, fazendo aumentar consequentemente a falta de vagas nos presídios brasileiros, sobrevivendo sobre o dia a dia das prisões, o sub-humano. De acordo com o que foi dito, o presente artigo teve como objetivo investigar meios alternativos à prisão, em prol de acabar com esse modelo presente sem bons frutos, e se direciona a uma gestão focada em recuperar, envolvendo a análise psicológica do indivíduo preso, baseando-se na obra Estação Carandiru de Drauzio Varella. Sua justificativa se baseia no fato de que o livro oferece uma visão de perto e detalhada do sistema prisional brasileiro, de quem não era preso, mas via e escutava seus relatos, destacando as condições degradantes e as experiências traumáticas enfrentadas pelos detentos, trazendo uma compreensão profunda do ambiente prisional permitindo uma análise das violências e faltas da justiça criminal. Com relação à metodologia, quanto à natureza, a pesquisa foi básica, abordando, teoricamente, o sistema prisional brasileiro, modelo que ainda persiste atualmente e os relatos dos fundadores da facção do Primeiro Comando da Capital, por meio do jornalista ¿Caveirinha¿. Ademais, abordou-se, de modo aplicado, por meio da análise discurso, o sentido das falas na obra Estação Carandiru de Drauzio Varella. Concluiu-se que as experiências traumáticas vivenciadas pelos detentos, como descritas no livro, desempenham um papel crucial em seu comportamento criminoso e na dificuldade de reintegração à sociedade. Dessa forma, haveria a necessidade de instituição de programas de ressocialização que priorizem o suporte psicológico, a educação e o treinamento profissional podem oferecer uma abordagem mais eficaz para reduzir a reincidência criminal e promover uma reintegração bem-sucedida dos indivíduos na comunidade.

45

Palavras-chave: alternativas à prisão; estação Carandiru; sistema prisional.

Referências:

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 10. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

FOCAULT, Michel. **Alternativas à prisão:** um encontro com Jean-Paul Brodeur. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos:** a verdadeira história do PCC. 2. ed. São Paulo: Via Leitura, 2017.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS NA GESTÃO DO MERCADO CONTÁBIL, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

VITOR TORQUATO DE SOUZA
PAMELA EDUARDA ELOY DE OLIVEIRA
LILIAN BERALDO SANCHES RODRIGUES

Resumo: A contabilidade tem evoluído em resposta a mudanças que exigem a implementação de tecnologias em sua gestão, assegurando informações precisas e confiáveis para a administração das empresas. Assim, os profissionais devem buscar continuamente métodos e soluções que garantam essa integridade e conformidade. A integração de tecnologias é fundamental, pois essas ferramentas desempenham um papel crucial na contabilidade moderna, facilitando a execução das atividades. Diante disso, é apresentada a cronologia da evolução tecnológica nessa área, cujo objetivo foi de enfatizar sua importância para o setor e evidenciar os diversos benefícios proporcionados, oferecendo uma visão favorável à implementação tecnológica, ao mesmo tempo em que se reconhecem os desafios a serem superados para a adaptação no cotidiano das práticas contábeis. Para o desenvolvimento da monografia, foi adotada uma metodologia baseada em diversas fontes, como bibliografias, revistas, artigos científicos e materiais extraídos de sites da internet. Além disso, foi realizada uma etapa prática para coletar percepções e experiências reais sobre o tema, por meio da aplicação de um questionário direcionado exclusivamente a profissionais da área contábil. A pesquisa realizada fortaleceu a fundamentação do tema abordado, confirmando a relevância da implementação de tecnologias no setor contábil. Além de evidenciar os impactos positivos no cotidiano da contabilidade, o estudo destaca a importância da integração de inovações para garantir que a empresa se mantenha competitiva e em evidência no mercado. Conclui-se que a tecnologia desempenha um papel indispensável no cenário contábil moderno, promovendo avanços que vão além da simples automação, como a análise de dados em grande escala e o uso de softwares especializados para tarefas específicas de gestão. Essas inovações estão transformando o modo como os contadores gerenciam informações e tomam decisões estratégicas. A adoção dessas ferramentas aumenta a eficiência operacional, otimiza o tempo gasto e reduz a margem de erro, permitindo um foco maior em análises mais aprofundadas, conferindo ao profissional contábil um papel ainda mais relevante no planejamento e crescimento das empresas.

46

Palavras-chave: tecnologia; contabilidade; desafios; oportunidades.

Referências:

CAMPOS, Raquel Barreto Barboza. **Educação empreendedora e inovação nos cursos de graduação em Ciências Contábeis**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

IVÂNIO BRENDA, Zulmir. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na Contabilidade. Impactos da tecnologia**, Conselho Federal de Contabilidade, 8 fev. 2019.

NERES, Samara. **Contabilidade 4.0 - tendências e estratégias para o contador**. [S. l.]: Agência Fenacon de Notícias, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://fenacon.org.br/noticias/contabilidade-4-0-tendencias-e-estrategias-para-o-contador/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suelem Thainara Ferreira; SILVA, Clesiomar Rezende. A evolução da escrituração contábil á era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal: desafio dos contadores no cenário atual. Desafios dos contadores no cenário atual, **Revista Saber Eletrônico**, 2017.

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO COMO SERES DE DIREITO E A (IM)POSSIBILIDADE DA GUARDA NOS CASOS DE RUPTURA DO VÍNCULO CONJUGAL DOS GUARDIÕES

LUANI MARIA DA SILVEIRA
ANA LIVIA DE LAZARI BATISTA
WALTER FRANCISCO SAMPAIO NETO

Resumo: Este artigo aborda a crescente discussão jurídica sobre a possibilidade de aplicar o instituto da guarda, a qual é reservada a filhos menores, aos animais de estimação nos casos de dissolução do vínculo conjugal. A questão central decorre da transformação gradual do status jurídico dos animais, que historicamente são classificados como bens móveis, conforme o artigo 82 do Código Civil Brasileiro (CC/02). Com isso, os animais têm ganhado status diferenciado nas discussões jurídicas contemporâneas, aproximando-se da concepção de seres sencientes e sujeitos de direitos. No entanto, o reconhecimento dos animais como seres sencientes, ou seja, capazes de experimentar sentimentos e emoções, vem desafiando essa categorização patrimonialista e levantando questionamentos sobre o tratamento jurídico adequado em situações de ruptura conjugal. Desse modo, a pesquisa aborda o impacto da mudança deste cenário, especialmente em casos de divórcio ou separação, onde se discute a guarda e o bem-estar dos animais de estimação. O objetivo geral do estudo é investigar a possibilidade jurídica de se aplicar o instituto da guarda compartilhada aos animais de estimação, considerando os aspectos afetivos que envolvem a relação entre os guardiões e seus pets. Enquanto o objetivo específico visa esclarecer como o direito de família brasileiro tem lidado com a questão e se há uma tendência a atribuir maior relevância jurídica ao bem-estar dos animais. Além disso, se busca entender se o sistema legal atual é suficiente para tratar adequadamente essa questão ou se há necessidade de reformas legislativas. A metodologia adotada consiste na pesquisa bibliográfica e análise de dados em relação às jurisprudências, discutindo casos concretos sobre a guarda de animais de estimação em tribunais brasileiros. A partir dessa abordagem, foram selecionadas decisões judiciais que reconhecem o status diferenciado dos animais e discutem sua proteção em casos de ruptura conjugal. Os resultados da pesquisa indicam que, apesar de os tribunais brasileiros ainda majoritariamente tratarem os animais como bens móveis, há uma crescente conscientização jurídica sobre sua senciência e a necessidade de adaptar o direito civil e de família a essa realidade. Embora não haja uma previsão legal específica sobre a guarda de pets, decisões inovadoras têm surgido, pautando-se no melhor interesse do animal e no vínculo afetivo estabelecido com os tutores. Conclui-se que, embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça os direitos dos animais, há uma necessidade premente de reformas legislativa, como o projeto lei 4.375/21 altera o Código Civil e o Código de Processo Civil para prever expressamente que animais de estimação poderão ser objeto de guarda, unilateral ou compartilhada como uma alternativa viável nos casos de dissolução conjugal. Por fim, sugere-se que, para acompanhar as mudanças sociais e os novos entendimentos sobre os direitos dos animais, o direito de família precisa adaptar suas normas e procedimentos, promovendo uma proteção mais ampla aos seres sencientes.

48

Palavras-chave: animais de estimação; guarda; Direito de Família; seres sencientes.

Referências:

DINIZ, Maria Helena. **Manual de direito civil**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Animais de estimação: um conceito jurídico em transformação no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/21052023-Animais-de-estimacao-um-conceito-juridico-em-transformacao-no-Brasil.aspx>. Acesso em: 07 out. 2024.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina B. **Fundamentos do Direito Civil: Direito de Família**. v.6. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E LUDICIDADE: UM ESTUDO DE REVISÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DAS VIVÊNCIAS LÚDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

VITOR BATISTA ROSSINI
ANDERSON BENÇAL INDALÉCIO

Resumo: Os professores desempenham um papel fundamental nos processos educativos em diversas faixas etárias e etapas de desenvolvimento dos alunos. Sua atuação vai além da transmissão de conceitos e habilidades cognitivas em diferentes áreas do conhecimento, como matemática e língua portuguesa. O trabalho docente também impacta significativamente a maneira como os indivíduos interagem entre si, lidam com suas emoções, expressam seus desejos e os colocam em prática, atuando como mediadores, proporcionando vivências que favorecem uma aprendizagem significativa. Para que essa aprendizagem ocorra de maneira efetiva, é essencial compreender o contexto dos alunos e suas necessidades específicas. O docente deve organizar as ideias e refletir sobre as informações já retidas pelos alunos, a fim de promover a construção de novos significados. Este artigo tem como objetivo investigar como as atividades lúdicas, fundamentadas na teoria da aprendizagem significativa, podem contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas mais enriquecedoras para as crianças. A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, sem coleta de dados empíricos ou observação direta, configurando-se como pesquisa de caráter exploratório, analisando artigos relacionados à aprendizagem significativa e à ludicidade, com o intuito de verificar os benefícios que essa abordagem pode trazer ao processo de ensino-aprendizagem. Os resultados indicam que o uso de atividades lúdicas, aliado aos princípios da aprendizagem significativa, promove uma maior retenção de novos conhecimentos pelos alunos. Conclui-se que, quando essas atividades são aplicadas de forma contextualizada e integradas às vivências e conhecimentos prévios dos estudantes, há uma ampliação das chances de uma aprendizagem significativa de forma legítima.

50

Palavras-chave: aprendizagem significativa; David Ausubel; ludicidade.

Referências:

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos:** uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Didáctica Editora, 2000.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 46-63, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644269>. Acesso em: 3 out. 2024.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas na prática educativa:** compreensões conceituais e proposições. Cortez, 2023.

MOREIRA, M. A. MASINI, E. S. **Aprendizagem significativa:** a teoria de David Ausubel. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2016. 111p.

ARQUITETURA COMO INSTRUMENTO DE HUMANIZAÇÃO EM ESPAÇOS DE SAÚDE: ESF DR. SHIGUERO KITAYAMA

JÚLIA MIORIN BAKER
MARIA JULIA BARBIERI EICHEMBERG

Resumo: Os espaços de saúde primária no Brasil, como as ESF's (Estratégia Saúde da Família), desenvolvem um papel crucial de prevenção e atendimento à saúde de maneira gratuita a comunidade. A infraestrutura desses espaços tem a importante função de garantir que esse trabalho seja cumprido de maneira eficiente, otimizada e humanizada. Desse modo, este estudo visa desenvolver um projeto de reforma e ampliação de uma unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF), com o conceito de humanizar os espaços por meio de elementos arquitetônicos e criar um ambiente de qualidade que conecte o corpo ao espaço, proporcionando bem-estar psicológico e físico para todos os usuários da unidade. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é destacar a importância da humanização das infraestruturas dos ambientes de saúde através da arquitetura como instrumento para este processo. A metodologia deste trabalho incluiu levantamentos bibliográficos utilizando artigos, estudos de caso, e-books e legislações vigentes como base para o desenvolvimento do estudo, além de entrevistas e ficha de diagnóstico para coletar dados e opiniões dos funcionários e pacientes. É importante ressaltar que para uma maior precisão deste processo, na realização das entrevistas com funcionários e pacientes foi discutido sobre possíveis melhorias a serem feitas na unidade e também questionado como os mesmos se sentiam em relação ao ambiente da mesma. Como resultado desta discussão foi possível concluir que apesar de padrão, o espaço físico da ESF deixa a desejar em questão de espaço, ventilação natural, iluminação natural, dentre outros fatores que transmitem aos que frequentam a unidade uma sensação de ansiedade, desconforto e frieza. Até a data presente, os estudos realizados estão sendo aplicados no desenvolvimento de uma proposta de intervenção de reforma e ampliação para ESF's Dr. Shiguero Kitayama, localizada na cidade de Jales, estado de São Paulo, utilizando elementos arquitetônicos como instrumento para a sua melhoria. Conclui-se que os resultados concebidos através do estudo realizado, são de suma relevância pois fomentam as discussões e avaliações sobre a infraestrutura das unidades de saúde, com ênfase especial na unidade ESF Dr. Shiguero Kitayama utilizada como foco da pesquisa, buscando assim, uma melhor infraestrutura para somar ao exímio atendimento e trabalho realizado na unidade a tornando ainda mais eficiente, otimizada e humanizada.

51

Palavras-chave: ESF's (Estratégia Saúde da Família); humanização; arquitetura;

Referências:

BACKES, D. S.; FILHO W. D. L.; LUNARDI V. L. O processo de humanização do ambiente hospitalar centrado no trabalhador. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 40, n. 2, Jun 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/g6Rdkby5bkgyzFM6VzCRFVC/?lang=pt#>. Acesso em: 23 de Julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de estrutura física das Unidades Básicas de Saúde: saúde da família**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_fisica_ubs.pdf. Acesso em: 09 de março de 2024

PAIM, Jairnilson. **O Que é o SUS? E-book Interativo**. Fiocruz, 2015. Disponível em: <http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/>. Acesso em: 15 de março de 2024.

SOUZA, Natalya Chiliga de. **A história e o processo de humanização dos edifícios hospitalares**. Maringá, 2017. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/420/NATALYA%20CHILIGA%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de Junho de 2024.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

MATEUS CARLOS PEREIRA BRITO
VINICIUS APARECIDO DA GRAÇA SILVA

Resumo: O assédio moral no ambiente de trabalho é um comportamento abusivo que se manifesta por meio de atitudes repetitivas e sistemáticas que visam a humilhar, até mesmo desestabilizar um funcionário. Esse tipo de comportamento pode ocorrer de diversas formas, como críticas constantes, ameaças, isolamento social, e desqualificação do trabalho realizado. O assédio moral afeta não apenas a saúde mental e emocional das vítimas, mas também a produtividade e o clima organizacional da empresa. A partir dessa proposição, o objetivo da investigação foi identificar as principais formas de manifestação desse comportamento e avaliar as medidas que podem ser adotadas para prevenir e combater o assédio moral. Além disso, explorou-se a eficácia das políticas e práticas atuais nas empresas e oferecer recomendações para melhorar a abordagem do problema. Justifica-se tal proposição, pois o impacto negativo do assédio moral não apenas afeta a saúde e o bem-estar dos funcionários, mas também compromete a produtividade e o clima organizacional. Estudar este fenômeno é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção, proteger os direitos dos trabalhadores e promover ambientes de trabalho mais justos e respeitosos. Com relação à metodologia, quanto a natureza, a pesquisa que se pretende foi básico-aplicada, abordando teoricamente assédio moral no ambiente de trabalho, e também através de uma visão prática, por meio da realização de análise de jurisprudências a respeito do tema. Concluiu-se que o assédio moral no trabalho é uma prática prejudicial que afeta tanto o bem-estar dos funcionários quanto a saúde do trabalhador. É importante que empresas e até instituições implementem medidas preventivas e corretivas para assegurar um ambiente de trabalho seguro e respeitoso.

53

Palavras-chave: assédio moral; trabalho; consequências psicológicas.

Referências:

MARTINS, Sérgio. **Assédio moral no emprego**. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/79138122.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MOURA, Fabiana Quadros de; CAMFIELD, Claudio Eduardo Ramos; PIZZOL, João Marques da Rosa Dal. Assédio moral e sexual no trabalho: análise e concepção dos acadêmicos sobre a violência. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 230;245, 2021.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana Rosa; ESPINOSA, Leonor María Cantera. A percepção de servidores universitários sobre as políticas, ações e discursos institucionais sobre o assédio moral no trabalho. **Revista Organizações em Contexto**, v. 15, n. 29, p. 191-222, 2019.

AUDITORIA NO MERCADO FINANCEIRO

BRUNA GUIRADO VENTURA
GUILHERME SILVA BESTETI
YOSCHIMI OKA

Resumo: O uso da auditoria se tornou eminente ao redor de todo o mundo, regida por normas e princípios que visam padronizá-la. Tendo em vista que o mercado financeiro atrai cada dia mais investidores, os quais necessitam de informações confiáveis e fiéis da realidade financeira das empresas em que pretendem fazer aportes financeiros, a auditoria passou a ser ainda mais valorizada, pois transmite maior credibilidade às demonstrações financeiras com menores possibilidades de fraudes e divulgação de dados errôneos. Apoiado nessa asserção, o objetivo deste artigo foi exibir a história e evolução da auditoria e, também, demonstrar a sua importância no mercado financeiro, evidenciando as suas normas e métodos, além dos modelos de seus laudos, posto que busca expor dados atuais e fidedignos para atender a grande demanda de possíveis novos investidores e acionistas. Para a elaboração dessa monografia a metodologia empregada foi a leitura de artigos e manuais de auditoria, ademais realizou-se um estudo de caso com a empresa Lojas Americanas, devido uma fraude constatada resultando em grande prejuízo. A pesquisa corroborou a importância de uma auditoria feita com excelência, comprovando que é essencial a credibilidade dos dados e informações contidos nas demonstrações financeiras evitando erros ou fraudes, não só na empresa auditada, mas, sim, em todo o mercado financeiro e seus adeptos. Conclui-se, então, que garantir a autenticidade das demonstrações financeiras e dos registros dos fatos contábeis habilita a empresa a novos investidores e, também, a segurança de seus acionistas.

Palavras-chave: auditoria; mercado financeiro; credibilidade; normas.

Referências:

DELLOITTE. **Tendências e insights sobre auditoria do futuro**. 2024. Disponível em: <https://www.deloitte.com/br/pt/services/audit-assurance/perspectives/auditoria-perspectivas.html>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

LIMA, Caroline; Auditoria Externa: O que é, como fazer e resultado. **Investor**. Disponível em: <https://investorcp.com/gestao-empresarial/auditoria-externa>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Manual de auditoria financeira**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2016. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/68/93/AA/31/5EB3C710D79E7EB7F18818A8/Manual_auditoria_financeira.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Manual de auditoria financeira**. Florianópolis, SC: Tribunal de Contas da União do Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/2022-07/Manual_de_Auditoria_Financeira_TCESC.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2024.

BEM-ESTAR NO TRABALHO: ANALISANDO O CLIMA ORGANIZACIONAL DO PORECATU

GEOVANA AROCA AUCO
NATALIA MARTINEZ VIEIRA
GABRIELA OLIVEIRA DE FREITAS CARVALHO
FERNANDA PAULA COSTA FERREIRA
GIOVANA REGINA DA SILVA CRISTANTE

Resumo: Sabe-se que o clima organizacional é um fator determinante para a produtividade dos colaboradores e para o bem-estar no trabalho. A presente pesquisa tem o objetivo de investigar o clima organizacional percebido pelos funcionários da empresa Porecatu e reconhecer a relação entre a satisfação dos colaboradores e sua produtividade. Atualmente, as organizações vêm enfrentando constantes mudanças, o que impacta o comportamento de seus funcionários e o clima organizacional, influenciado por práticas, estruturas e valores da empresa. A metodologia utilizada neste projeto incluiu a revisão de literatura sobre o tema, entrevistas semiestruturadas e a aplicação da Escala de Clima Organizacional (ECO) com 90 colaboradores da empresa, composta por 63 perguntas e 5 grandes fatores, e que avalia suas perspectivas em relação ao ambiente de trabalho e como ele impacta sua motivação e desempenho. A pesquisa constatou que a percepção geral dos colaboradores foi satisfatória, porém com ressalvas a alguns pontos de melhoria como a sobrecarga de trabalho. Um ponto positivo destacado foi a comunicação com a liderança. Através das entrevistas, notou-se satisfação com o ambiente colaborativo e o apoio da equipe; no entanto, uma parcela de colaboradores apontou a falta de valorização e reconhecimento pela gestão. Concluiu-se que um clima organizacional saudável é crucial para a satisfação e produtividade dos colaboradores. Embora a percepção geral seja positiva, a identificação de áreas críticas, como a sobrecarga de trabalho e a necessidade de maior reconhecimento, indica a urgência de ações que promovam um ambiente mais equilibrado e motivador. A proposta de intervenção construída a partir dos dados coletados serve como um guia para a gestão do Porecatu, visando não apenas a melhoria do clima organizacional, mas também a valorização do capital humano, essencial para o alcance das metas e objetivos empresariais.

55

Palavras-chave: clima organizacional; produtividade; bem-estar; motivação.

Referências:

- ARAÚJO, D. O. R. Clima Organizacional: desafios da psicologia no ambiente empresarial. **Paracatu: Centro Universitário Atenas**, v.1, n.1, p. 10-17. 2020. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/spic/monography/>. Acesso em 20 de Set. 2024.
- CORRÊA, M. G. M. A influência do clima organizacional na cultura de aprendizagem de gestores públicos. Campo Grande, **Desafio Online**, v. 6, n. 2, p. 50-66, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/5485/4647>. Acesso em: 30 set. 2024.
- SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do comportamento organizacional:** ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: ArtMed, 2008. *E-book*. p.28. ISBN 9788536314945. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536314945/>. Acesso em: 09 out. 2024.

SIQUEIRA, M. M. M. **Novas medidas do comportamento organizacional**. Porto Alegre: ArtMed, 2013. *E-book*. p.39. ISBN 9788582710227. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582710227/>. Acesso em: 09 out. 2024.